

humanitas

Vol. LIX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HVMANITAS

Vol. LVIX - MMVII



A VIA ATLANTICA E O CONTRIBUTO DE GÁDIR NAS CAMPANHAS ROMANAS NA FACHADA NOROESTE DA PENÍNSULA

Rui Morais

Universidade do Minho

Abstract: In this study we highlight the importance of the Atlantic route as a privileged circuit of circulation from the Bronze Age up to the Roman era. We also question the Gaditan elites' importance and contribution in the context of the Roman campaigns in the Northwest façade of the Peninsula. We describe some of the places referred to in the sources and present the material culture data to exemplify this issue.

Key-words: Atlantic Route; Northest Peninsula; Gaditan Elites; Roman Campaigns; Material Culture.

I. A VIA ATLÂNTICA

A via atlântica situava-se num dos circuitos naturais de navegação e, consequentemente, numa área de confluência de culturas desde a Idade do Bronze até à época pré-romana. Assim o testemunham os périplos de Hanão e Himilcão que, desde Cádiz, marcavam as rotas Norte e Sul do Atlântico em busca de ouro, marfim, cobre, estanho e âmbar. Este último périplo tem sido interpretado como representativo da reabertura da rota do estanho até às Oestrimnides ou Cassitérides (⊙ilhas de estanho"), com o fim de renovar o seu comércio, que, controlado desde o Bronze Final pelos grupos autóctones do sudoeste, se tinha interrompido no séc. VI a.C.

(López Castro, 1995, p. 72). Frequentemente, as Oestrimnides ou Cassitérides são localizadas em frente às costas da Galiza, na Bretanha ou inclusivamente nas ilhas Britânicas (*Nat.* 4.119). Seja como for, é provável que os Tartessos de Huelva desenvolvessem contactos regulares e por via marítima com o Noroeste peninsular durante o Bronze Final Atlântico, como parecem corroborar os indícios de navegação fenícia regular ao longo da costa portuguesa desde meados do séc. VII a.C. (Aubet, 1997, p. 251; Arruda, 2002; González Ruibal, 2004, p. 287-317).

A navegação no Atlântico, desde o Norte da *Hispania* até à *Britannia*, é também documentada por outras viagens antigas como a de Piteas, Timeu ou Posidónio (sécs. IV-I a.C.), como testemunham os textos de Avieno e Estrabão. O mais amplo destes itinerários está representado pela obra traduzida por Avieno (*Rufius Festus Avienus*) no séc. IV d.C., a partir de um texto grego, presumivelmente escrito no séc. I a.C., conhecido por *Orla Marítima*. Segundo Schulten (1922) esta viagem poderia ter sido efectuada à roda de 530 a.C., entre a batalha de Alalia e o primeiro tratado romano cartaginês de 509 a.C. Este itinerário, ao copiar dados antiquíssimos de navegantes, é extremamente interessante, dado revelar o conhecimento que os navegadores e exploradores gregos tinham da costa peninsular e proporcionar a alusão geográfica de cidades, portos, acidentes geográficos e povos que habitavam a Ibéria no ano de 600 a.C.

A referência de Estrabão (III, 5, 11), à existência de um porto que recebia estanho desde as Cassitérides, parece corroborada por referências mais tardias da época visigótica que mostram intensas relações entre a Irlanda, a Britânia e a Hispânia, ou entre esta e as Gálias, que naturalmente devem remontar à Pré-história (*apud* Balil, 1968, p. 336, notas 61 e 62).

A partir do séc. VI a.C. o comércio com o litoral norte da Península foi definitivamente restabelecido pelos Gaditanos (Estrabão III, 5, 11), não só com o objectivo do abastecimento de estanho, mas também para o comercializar com Cartago e com os Fenícios no âmbito do comércio no Mediterrâneo.

Em época romana, a ligação por via marítima do Noroeste com o restante mundo comercial do Império continuou a fazer-se, essencialmente, a partir do porto de Cádiz, o qual, directamente ligado ao abastecimento da Bretanha através da rota atlântica e à bacia do Mediterrâneo pelo porto de Ostia, servia como ponte de união a esta longínqua região do Império.

A Cádiz afluíu, desde a sua fundação, um florescente empório que drenava grande quantidade de produtos (especialmente o estanho) prove-

nientes da costa peninsular atlântica, pela rota há muito conhecida e praticada pelos Tartessos, desde as rias Baixas da Galiza até ao Sul da Inglaterra e da Irlanda.

Na verdade, Cádiz controlava o acesso ao estreito de Gibraltar, e condicionava grande parte do circuito marítimo, mediterrâneo e atlântico. Para M^{te} Eugenia Aubet (Aubet, 1997, p. 172) o controlo do arquipélago gaditano significava, entre outras coisas, o acesso directo a um dos territórios do Ocidente mais ricos em recursos metalíferos, ou seja, como porta de entrada até ao mineral atlântico. De facto, foi a partir de Cádiz que se organizou o processo de expansão atlântica cujo efeito seria a exploração sistemática dos recursos, não só comerciais, mas também de todo o género (vd. Blázquez, et al., 1999, p. 364).

A vitalidade deste comércio está documentada pela referência de Estrabão (III, 5, 11), quando nos diz que antes da chegada dos Romanos os Gaditanos comercializavam com estas ilhas trocando sal, utensílios de bronze e cerâmicas, por peles, estanho e chumbo.

A esta lendária riqueza de metais não ficaram alheios os Romanos. Desde cedo esta região foi motivo de cobiça pelos generais romanos em campanha.

II. O CONTRIBUTO DE GÁDIR NAS CAMPANHAS ROMANAS NA FACHADA NOROESTE DA PENÍNSULA

A intervenção directa de Gádir na conquista do Noroeste da Península não ficou registada explicitamente nas fontes escritas, nem é possível concretizar como e em que circunstâncias consistiu essa ajuda aos romanos.

Sabemos, no entanto, que essa ajuda se materializou em todas as possibilidades ao seu alcance: ajuda logística em recursos materiais e, acima de tudo, no emprego da sua frota e do aprovisionamento das tropas.

A dependência da cidade relativamente a Roma foi bem assinalada por Cícero (*Pro Balbo*, 24; 39) quando nos diz que em virtude do *foedus* de 206 a.C., a cidade teria participado em numerosas campanhas a favor dos Romanos. Segundo este (*Pro Balbo*, 40), a cidade teria prestado serviço a diversos generais romanos nas suas campanhas, citando, em concreto, os Cipiãoes, os Brutos e os Metelos, e outros nomes de leitura duvidosa, tais como os Horácios e os Cássios ou Crassos.

Desta lista facilmente se depreende que os Gaditanos se associaram aos Romanos na conquista gradual do território e nela tiveram um papel crucial. De entre os diferentes intervenientes romanos que directa ou indirectamente recorreram ao apoio dos Gaditanos no contexto das campanhas ocorridas na fachada atlântica, cabe destacar, sucintamente, os seguintes:

Q. Servilio Cepião

No âmbito das guerras lusitanas e das primeiras expedições à Galiza, é possível que em 139 a.C. os Gaditanos tenham prestado ajuda logística e naval ao procônsul Q. Servilio Cepião, que decidiu um ataque conjunto contra Viriato pelo Sul e pelo Norte da Península que devastou os campos dos Galaicos.

D. Júnio Bruto

Mais segura parece ter sido, no entanto, o apoio da cidade de Cádiz como base naval e de apoio às tropas romanas a D. Júnio Bruto, o Galaico, na sua expedição ao longo da fachada atlântica até à Galiza. Esta campanha, efectuada entre 138 e 136 a.C., teve que requerer o apoio dos barcos gaditanos com o propósito de aprovisionar a sua base em *Olisipo*, na desembocadura do rio Tejo.

Em 137 a.C. Bruto atravessa o Douro e entra na Galécia até ao curso do rio Minho. Nesta expedição punitiva ficou célebre a passagem do mítico Leça, denominado na antiguidade por *Léthes* (Guerra, 1996, p. 147-61), à semelhança do rio do esquecimento da mitologia clássica.

As fontes clássicas referem que se tratou de uma hábil artimanha das tribos galaicas para conter o avanço das tropas romanas; outra leitura pode, todavia, ser feita: as tropas romanas, cansadas destas campanhas punitivas e na perspectiva de terem que enfrentar uma guerra de guerrilha com conceitos e tácticas diferentes das romanas, deixaram correr o rumor da existência, naquelas terras, do rio do esquecimento (Martínez Mera, 2001, p. 306, nota 33).

Este confronto, que teria tido lugar a 9 de Julho de 137 a.C. data que foi comemorada em Roma pela construção dum templo a Marte (Tranoy, 1981, p. 128) erigido no *Campus Martius* dois ou três anos mais tarde (Blanco Freixeiro, 1992, p. 97) — teria causado a morte, segundo Orósio (que nos dá seguramente proporções exageradas), de cerca de 50. 000 Galaicos e feito 6. 000 prisioneiros (só 4. 000 mil puderam fugir). A partir

deste momento, os Galaicos passaram a ficar sob o controlo teórico da Hispânia Ulterior.

P. Licínio Crasso

E tentador associar um dos nomes de difícil leitura expresso no *Pro Balbo* de Cícero (Cássios ou Crassos) a P. Licínio Crasso que, como prócônsul, comandou de 96 a 94 a.C., uma segunda expedição em terras do Noroeste. Esta campanha, no seguimento da sua intervenção na Lusitânia para interditar os sacrifícios humanos e reprimir uma nova agitação dos Lusitanos, teve um significado singular no contexto do comércio romano porque permitiu daí em diante aos *negotiatores* de Roma a abertura de novos horizontes para a exploração das riquezas mineiras nesta área da península (Tovar, 1975, p. 80-81; Tranoy, 1981, p. 130). De facto, como indica Estrabão (III, 5, 11), Crasso ficou responsável por "ensinar" a rota para o abastecimento de grandes quantidades de minério. Esta expedição possibilitou o enriquecimento de Crasso e a partir desse momento a sua família passou a ser uma das mais abastadas e influentes de Roma (Martínez Mera, 2001, p. 307).

M. Perpena

Da expedição de M. Perpena ocorrida provavelmente em 74 a.C. no quadro das guerras sertorianas e que resultou na tomada de Cale e na hipotética sublevação das tribos da Galécia, não temos uma directa alusão à participação dos Gaditanos. É, no entanto, possível, que nesta contenda tivessem colaborado os Gaditanos (ou de alguma outra cidade fenopúnica), certamente imprescindíveis no apoio logístico proporcionado pela sua valiosa frota naval para o transporte de provisões e equipamentos.

C. Júlio César

O momento de maior alcance e que de forma inequívoca associa o apoio gaditano ao processo de conquista romana do Noroeste da Península, está directamente relacionado com duas das figuras que mais contribuíram para esses processo, C. Júlio César e L. Cornélio Balbo.

O derradeiro encontro entre estes dois personagens dá-se no ano de 68 a.C., aquando da primeira visita de César à *Hispania*, na qualidade de questor do propretor C. Antístio Veto. Mais tarde, na qualidade de proconsul, no governo da *Hispania Ulterior*, — depois de uma longa viagem desde Roma seguindo a rota continental (Plut. *Caes.*, 11,3 e ss) — César

desembarca em *Corduba*, em data próxima ao dia 15 de Maio de 61 a.C. (Ferreiro Lopez, 1988, p. 363). A partir daí começa a preparar as suas tropas e à volta de 10 de Junho, ou talvez um pouco antes, partiu com as suas legiões para a Lusitânia. De seguida, não se conformando em limitar-se a reprimir o banditismo na Lusitânia, provocou uma guerra (que termina antes da primavera do ano 60 a.C.) estendendo-a ao norte do Douro.

Esta arriscada campanha serviu para cumprir os desejos de César: o exército vitorioso proclamou-o *imperator* e pôde assim afirmar sólidos laços de clientela militar. Os numerosos despojos de guerra cobrados foram repartidos generosamente pelos seus soldados, sem se esquecer de reservar uma parte para restaurar as suas comprometidas finanças e enviar ao erário público de Roma fortes somas que justificaram a guerra empreendida.

III. OS DADOS DA CULTURA MATERIAL. ALGUNS DOS LOCAIS REFERIDOS NAS FONTES.

Como se depreende das fontes relativas às campanhas realizadas pelos Romanos ao longo da fachada atlântica a partir do último terço do século II século a.C., e que directamente afectaram os territórios situados a norte do Douro, foi fundamental o apoio da cidade de Cádiz, através da intervenção directa das suas elites. Como referimos, essa intervenção foi sendo desprezada pelas fontes romanas, coetâneas ou posteriores a esses acontecimentos, que dão, naturalmente, realce aos feitos dos Romanos.

Se, todavia, atentarmos na análise crítica das fontes e as cotejarmos com os dados que têm vindo a ser proporcionados pela arqueologia, facilmente nos apercebemos que a intervenção gaditana não se ficou por uma ajuda pontual ou de simples obrigação.

Se traçarmos um simples itinerário de alguns dos locais ou áreas referidas pelas fontes e apreciarmos os dados da cultura material que têm vindo a ser descobertos pela arqueologia, obtemos uma imagem muito curiosa sobre a evolução deste processo e dos seus mais directos intervenientes.

Os locais se que seguem não representam, naturalmente, a totalidade dos sítios implicados neste processo, dada a vastidão da problemática impossível de ser aqui explorada. Neste perspectiva os locais em análise apenas nos servem como guias de um percurso muito fragmentado e de difícil acesso.

Móron: o possível acampamento de D. Júnio Bruto em Chões de Alpompe

"Esta ilha situa-se junto da cidade de Móron, que se ergue num monte próximo do rio, a 500 estádios de distância do mar no máximo, e está rodeada por uma região fértil. A navegação até ai é fácil, mesmo a barcos de grande porte numa boa parte do seu trajecto e, no resto, por embarcações de rio. Para cima de Móron a navegação é ainda mais longa. Bruto, denominado o Galaico, utilizou esta cidade como base de operações, quando entrou em guerra contra os Lusitanos e os submeteu. Em seguida amuralhou Olisypón, nas margens do rio, para ter livre a navegação e o acesso de víveres. Estas cidades são também as maiores que se encontram junto do Tejo" (Estrabão, *Geog.*, III, 3,1).

Este passo de Estrabão constitui, porventura, uma das mais importantes referências sobre as bases de operações utilizadas no âmbito das primeiras campanhas militares no extremo ocidental peninsular.

A identificação de Chões de Alpompe (Vale da Figueira, Santarém) com a cidade de Móron devida a A. Girão e Bairrão Oleiro (Girão, Oleiro, 1953), com base no seu enquadramento geográfico e na recolha de cerâmica campaniense A, tem vindo a ganhar consistência entre os investigadores (Fabião, 1989). Para isso têm contribuído as numerosas prospecções realizadas ao longo dos últimos anos e que têm revelado um quantidade apreciável de materiais que se evidenciam pela sua antiguidade.

Aqui foram recolhidas cerâmicas de feição continental da "Idade do Ferro", a par com fragmentos importados de cerâmicas campanienses A e um lote muito significativo e heterogéneo de ânforas de diferentes tipologias e fabricos (vd. Zbyszewski, Ferreira, Santos, 1968, p. 49-57; Diogo, 1982; Fabião, 1989; Diogo, Trindade, 1993-94, p. 263-81).

De entre estes materiais destacam-se as ânforas, representadas por ânforas vinárias da costa tirrénica do tipo Greco-Itálica e Dressel 1, ânforas de azeite do tipo Brindisi e tripolitanas antigas, ânforas de conteúdo indeterminado do Tipo 4.2.2.5. e ânforas para preparados piscícolas de produção bética, representadas pelas formas Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2. e Tipo 7.4.3.3.) e Tipo 9.1.1.1. (Diogo, 1982; Fabião, 1989; Diogo, 1993; Diogo, Trindade, 1993-94).

Apesar de constituírem materiais recolhidos em prospecções de superfície, o perfil de consumo aqui representado é idêntico ao lote de ânforas recolhidas no Castelo de São Jorge, em Lisboa, no qual se desta-

cam as ânforas vinárias da costa tirrénica e as ânforas gaditanas para o transporte de preparados piscícolas (Pimenta, 2005).

Independentemente de se tratar ou não da Mórón de Estrabão ou, no mínimo, das instalações militares de Júnio Bruto, o certo é que a sua situação privilegiada numa elevação perto do rio, a uns 500 estádios do mar, determinou que este local tenha sido ocupado, pelo menos, durante os três últimos séculos a.C. (cessando, provavelmente, nos meados do último século) e usufruído dos circuitos de redistribuição de bens alimentares destinados ao exército.

Da Ofiússa de Avieno à *Olisypón* de Estrabão

Como realçou Amílcar Guerra num trabalho de síntese sobre a Península de Lisboa no 1^o milénio a.C. (Guerra, 2005, p. 119-28), esta região está condicionada por duas circunstâncias: a sua abertura para o oceano e a presença do rio Tejo. Ambas são sinónimo da potencialidade desta região: o Atlântico — simplesmente referido nas fontes como "o oceano" —, como elo de ligação entre o extremo ocidente e o mundo mediterrâneo, e o rio Tejo, como a grande via de penetração no hinterland, prolongando as vantagens da comunicação marítima por um vasto território" (Guerra, 2005, p. 122).

No que diz directamente respeito à área de Lisboa, os estudos realizados por A. M. Arruda (2002) são reveladores da manutenção de um comércio activo com o Mediterrâneo, pelo menos a partir do século VI a.C.

Para a compreensão da evolução comercial e importância estratégica da cidade no período republicano, são de especial valor os trabalhos até à data realizados por João Pimenta a propósito do depósito de ânforas descobertas no Castelo de São Jorge. Trata-se de conjuntos recolhidos em contextos estratigráficos bem datados do antigo povoado aí existente (Pimenta, 2005) ou provenientes de contextos de cronologia islâmica (Pimenta, 2003, p. 341-62) mas que possuem em comum uma mesma representatividade de materiais com tipologias e cronologias afins.

O estudo e a análise atenta do espólio em contexto estratigrafado permitiu incluí-lo numa única fase, situada no terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C. (Pimenta, 2005, p. 129).

Para além das cerâmicas finas de mesa, maioritariamente cerâmica campaniense A, são de destacar as ânforas, representadas por produções e tipologias diversificadas. Apesar dessa heterogeneidade predominam,

como seria de esperar, as ânforas vinárias da costa tirrénica (58%), maioritariamente ânforas Dressel 1 (34%), seguidas das ânforas greco-italicas (24%) (Pimenta, 2005, p. 48). Desde conjunto igualmente se destaca a significativa presença de ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas (14%) representadas por imitações de ânforas greco-italicas, ânforas Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2. e Tipo 7.4.3.3.) e Tipo 9.1.1.1., com características de fabrico atribuíveis às produções gaditanas (Pimenta, 2005, p. 71-79).

A relação das ânforas aqui referida não é displicente. Na verdade, a presença destacada destes tipos de origem itálica e a sua associação com os produtos de origem gaditana não deve ser vista apenas como fruto das necessidades alimentares, antes evidencia e valoriza o seu enquadramento nos circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha (Fabião, 1989).

Como foi devidamente realçado por João Pimenta (2005, p. 24-25 e 129-30), o contexto cronológico revelado nas escavações do Castelo é coetâneo com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Trata-se da já referida campanha de D. Júnio Bruto, desencadeada em 138 a.C., com o objectivo de pacificar os últimos focos de rebelião lusitana.

Não é igualmente displicente o facto de as ânforas melhor representadas corresponderem a produtos itálicos e gaditanos. Na verdade, como se verifica em Chões de Alampé, os dados proporcionados por esta amostra corroboram o texto de Estrabão (III, 3, 1) quando este refere a ajuda dos barcos gaditanos a D. Júnio Bruto com o propósito de aprovisionar a sua base na cidade que foi fortificada precisamente para receber as provisões de víveres rio acima.

***Scallabis Praesidium Iullium* - um posto militar importante em Santarém no tempo de César**

No seguimento das campanhas de Júlio Cesar em 61 a.C. vai ser estabelecido um posto militar importante atestado pelo nome de *Scallabis Praesidium Iulium*. A importância estratégica desta área situada a cerca de 80 km da foz do rio Tejo - já documentada, como vimos, pela criação de um acampamento perto de Móron por Décimo Júnio Bruto - resulta da navegabilidade deste rio e da sua acessibilidade marítima.

Fundada por César no decorrer do terceiro quartel do século I a.C., esta colónia resultou de uma criação de cariz militar, passando, muito provavelmente a *caput* de *conventus* no período de Augusto (Dopico Cainzos, 1986), cujo domínio territorial se estenderia para sul, para margem esquerda do Tejo (Alarcão, 1991), sendo apenas suplantada a nível político e económico por *Olisipo* (Tranoy, 1990, p. 20; Alarcão, 1994, p. 60; Mantas, 1994, p. 71).

Esta cidade, referida em diversos textos clássicos (Plínio, Ptolomeu, Itinerário de Antonino) mas ignorada, ao que parece, por Estrabão, tem revelado uma longa diacronia de ocupação. De entre os vestígios de arquitectura pública que têm vindo a ser descobertos na Alcáçova da cidade, destaca-se um templo romano datado do período tardo-republicano, provavelmente correspondente ao capitólio da cidade (Arruda, Viegas, 1999, p. 194-95; 201).

A importância desta urbe está, porém, inequivocamente, representada pela quantidade e diversidade de materiais que têm vindo a ser exumados. Sabe-se assim que a primeira ocupação do local onde seria implantada a cidade romana data do século VIII a.C., certamente relacionada com a presença comercial fenícia no estuário do Tejo (Arruda, 1993; 1994).

Os vestígios materiais relacionados com a presença romana, são coetâneos dos vestígios registados em Chões de Alpompe e em *Olisipo* (em particular na Alcáçova do Castelo). À semelhança do que se observa naqueles locais foram registadas, a par de algumas cerâmicas campanienses A, ânforas vinárias da costa tirrénica do tipo greco-italico e Dressel

1 (Fabião, 1998; Arruda, Almeida, 1999), e ânforas piscícolas gaditanas enquadráveis nos Tipo 9.1.1.1. (Arruda, 2002, p. 210), Mañá C2b (Arruda, Almeida, 1998, p. 206; Fig. 11, nº 99) e uma imitação do tipo Dressel 1 (Arruda, Almeida, 2000, p. 715, nº 17-18).

Mais tarde, à roda de meados do século I a.C. (c. de 60 a 30 a.C.), e muito provavelmente relacionado com estatuto jurídico que *Scallabis* adquire durante o pretorado de César, dá-se um auge das importações, agora representadas por cerâmicas campanienses (em particular do fabrico B e B-óide) associadas a consideráveis quantidades de ânforas vinárias da costa tirrénica do tipo Dressel 1 (Arruda, Almeida, 1999, p. 317-19) e ânforas de produção gaditana do tipo Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2. e Tipo 7.4.3.3.) (Arruda, Almeida, 1998, p. 201-31).

A presença destas e de outras ânforas — com destaque para as ânforas Haltern 70 (Arruda, Almeida, 2000, p. 703-715) — a partir de meados deste século e do período augustano, largamente acompanhadas por cerâmicas itálicas de paredes finas (Arruda, Sousa, 2003, p. 235-86), são um forte indicador de que esta cidade beneficiava de uma relação comercial privilegiada com a província da Bética, sendo suposto que a maioria dos produtos pudesse provir, directa ou indirectamente, dos produtos armazenados no porto de Cádiz. A partir do período de Augusto, estes produtos são acompanhados por uma maior diversidade de tipos de ânforas e de *terra sigillata* de tipo itálico (Viegas, 2003).

Se comparamos o caso de *Scallabis* com os restantes sítios que temos vindo a analisar, facilmente se depreende a importância dos Gaditanos em Santarém, quer no processo de conquista com o estabelecimento de um *praesidium*, quer após o seu estabelecimento como colónia e posterior ascensão a capital de *conventus*.

Como vimos, esse papel deveria ter passado num primeiro momento por uma forte ajuda logística à permanência e movimentação das legiões, para depois se enquadrar no âmbito de um comércio permanente, continuamente assegurado e controlado a partir da cidade de Cádiz.

Peniche -- a antiga ilha junto ao "oceano"

Provavelmente com o nome de *Londobris* (Ptol. 2, 5, 7) ou *Lanobris* (Marc. 3, 13) (Guerra, 2005, p. 125), sabe-se que Peniche, graças à descrição do lugar atribuída ao cruzado Osberno e por muitos outros documentos (Calado, 1994), era na antiguidade uma ilha.

Segundo Schulten (1940, p. 81), aí teria ocorrido um dos episódios mais emblemáticos da campanha de Júlio César enquanto governador da Ulterior em 61 a.C.

A referência a estes acontecimentos por Díon Cássio (37, 52-55), merece transcrição (Schulten, 1940, p. 12-13; *apud* Alarcão, 1991, p. 25):

"Soube, entretanto, que os habitantes do Herminio se haviam afastado e se preparavam para o apanhar numa emboscada quando regressasse. Tomou então um outro caminho retirado e veio a atacá-los mais tarde. Depois de os vencer, perseguiu-os na sua fuga até ao oceano. Mas quando eles abandonaram o continente e navegaram até uma ilha, como

não tivesse abastança de navios, permaneceu em terra. Juntou então algumas jangadas e nelas mandou uma parte ao exército, perdendo assim muitos homens. E que o chefe da expedição dirigiu-se para um quebra-mar existente junto à ilha e desembarcou aí os homens para que eles fizessem a travessia a pé, mas, logo de seguida, forçado elejnesmo pelo refluxo da corrente, foi empurrado para o largo e teve de abandonar os seus homens. Todos eles caíram lutando corajosamente com o inimigo. Públio Ceva foi o único sobrevivente que, depois de ter perdido o seu escudo e recebido muitos golpes, se lançou à água, salvando-se a nado®.

A desastrosa experiência serviu a César de lição. Enviou correios a Cádiz ordenando aos seus habitantes que lhe enviassem uma frota para levar as suas tropas à ilha. Sem dúvida, os bons ofícios de Balbo contribuíram para que esta frota, composta de quase uma centena de barcos de transporte, estivesse pronta para partir em pouco tempo e, com a sua ajuda, a resistência indígena acabou de imediato.

Como sugeriu Jorge de Alarcão (1991, p. 26), esta campanha poderá ter sido destinada a derrotar os indígenas, para que, posteriormente, fosse possível ocupar a região entre o Tejo e o Douro com postos militares estáveis. Igualmente serve para demonstrar que qualquer intervenção realizada ao largo da costa necessitava de um apoio logístico de barcos e conhecimento detalhado da mesma, apenas do domínio dos Gaditanos e de outras cidades de tradição "feno-púnica" do litoral meridional da península.

Se a identificação de Peniche com estes acontecimentos estiver correcta, poderá compreender-se que os vestígios de ocupação efectiva romana estejam apenas documentados a partir do período augustano. No local conhecido por Morraçal da Ajuda, foi encontrado um complexo oleiro onde se registou uma bateria de fornos (pelo menos quatro) que terão sido utilizados para fabricar ânforas e outras cerâmicas (Cardoso, Marques, Rodrigues, 1998, p. 178-79; Cardoso, Rodrigues, 2002, p. 6; Cardoso, Rodrigues, 2005, p. 83-102).

De entre estes materiais interessam-nos em particular as ânforas, pelo facto de representarem as produções mais antigas até à data recolhidas em contextos de produção do actual território português. Trata-se de ânforas ainda insuficientemente caracterizadas, mas que registam afinidades com formas béticas datáveis da mudança da Era, em particular

das ânforas Dressel 7-11 e Haltern 70. Julgámos igualmente estar presente uma produção relacionada com as ânforas ovóides conhecidas na área gaditana e que igualmente encontram paralelos aproximados em exemplares de produção lusitana recolhidos no actual território português e região galega (Morais, 2003, p. 36-40).

Independentemente da identificação de Peniche com a ilha mencionada por Dión Cássio, a existência destas produções e, em particular, esta última, parece documentar uma relação com o mundo meridional peninsular que terá passado, provavelmente, por uma deslocação de oleiros héticos para o ocidente peninsular (Morais, Fabião, 2006, 127-133).

A existência destes vestígios, juntamente com um número elevado de âncoras romanas de chumbo (Alves, et al., 1988-89, p. 120) e as mais recentes prospecções subaquáticas (Diogo, Trindade, Venâncio, 2005; Blot, et al. 2005, p. 31-55) e vestígios arqueológicos em terra (Bugalhão, Lourenço, 2005, p. 57-63) na ilha Berlenga e na costa sul de Peniche (Sítio dos Cortiçais) — onde está em estudo por membros da equipa do CNANS um naufrágio de ânforas Haltern 70 datado da época augustana —, parecem revelar a importância geo-estratégica e económica desta região costeira no âmbito da circulação atlântica (vd. Blot, 2003, p. 229-231; 2004, p. 465-80)¹.

Cale - de linha de fronteira no processo de conquista a linha de fronteira da província Transduriana

A tomada de *Cale*, resultante da expedição de M. Perpenna em 74 a.C., e, mais tarde, a expedição de César que, segundo Dión Cássio, não se contentou em alcançar a linha do Douro, mas, perseguindo os que tinham fugido, entrou no território galaico, indicam-nos que o Douro era considerado nessa época como uma linha de fronteira. O mesmo podemos admitir a partir de um recente documento, conhecido como "Bronze de Bembibre". O documento, redigido meio século mais tarde, no ano 15 a.C., apenas terminadas as guerras contra Cántabros e Ástures, menciona uma *província Transduriana* que, independentemente do seu significado, considera o Douro como um limite.

Com a bacia hidrográfica mais extensa de todos os rios peninsulares (98375 km²), o Douro (*Durius*) era navegável por grandes navios

¹A estes acresce-se um possível naufrágio situado ao largo da ilha do Farihão, onde se recolheu uma ânfora bética do tipo Dressel 9 (Diogo, 2005, p. 103-106).

(Estr. III, 3, 4) em cerca de oitocentos estádios (correspondentes a cerca de 25 léguas, pouco menos de 150 km), encontrando-se o primeiro ponto fixo de navegação na cidade indígena de Acontia, "... *pertencente aos Vaqueus*", segundo as palavras de Estrabão (III, 2, 3). Este limite corresponde a Barca d'Alva, situada na actual fronteira entre Portugal e Espanha. O restante percurso era realizado a partir de barcas movidas a remo, ajudadas por velas (Apiano, *Ibér.* 91). Na sua desembocadura situavam-se dois grandes núcleos populacionais², o enclave marítimo de *Portus Cale* (actual cidade de Vila Nova de Gaia), na margem meridional, e o núcleo urbano de *Cale* (actual cidade do Porto), na margem setentrional.

Destes, *Cale*, situado no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa, foi um dos ancoradouros mais importantes do Noroeste peninsular. A importância de *Cale* — ainda não verdadeiramente realçada — tem vindo a ser demonstrada pelos diferentes vestígios arqueológicos documentados.

De entre estes destaca-se a descoberta de esteias funerárias recolhidas em ambas as margens do Douro que levaram Alain Tranoy (1995) a sublinhar o papel de comunicação e convergência desempenhado pelo rio. A corroborar esta posição temos um achado encontrado fora de contexto pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Trata-se de uma ara em granito encontrada num dos alicerces de um templo proto-românico aquando da intervenção arqueológica realizada em 1987 no Castelo de S. João da Foz. Esta esteia, de leitura problemática dado o profundo desgaste do campo epigráfico, teria sido dedicada às divindades aquáticas (*Aquis Magaudiis*), estando o seu carácter votivo documentado pela fórmula final, L(ibens) V(otum) S(olvit) (Osório, Silva, 1994, p. 91; Silva, 2000, p. 102-103).

Além destes vestígios epigráficos que inequivocamente demonstram a importância comercial de *Cale*, contámos ainda com diferentes vestígios de ocupação pré-romana e romana encontrados na rua de D. Hugo (n.º 5), no Largo do Colégio (n.º 9-12), na rua da Penaventosa (n.º 45 e 39), na rua de S. Sebastião, na Casa Museu Guerra Junqueiro, e ainda vestígios de ocupação exclusivamente romana encontrados na Casa do Infante (Real, et al., 1985-86; Silva, 2000, p. 99).

No entanto, de todas as intervenções até à data realizadas (vd. Silva, 1999, p. 138), são de especial relevância as escavações efectuadas no edifício

²Provavelmente, Porto era *Cale* e Gaia, *Portus Cale*; só na época suévica se terá chamado *Portus Cale* ao Porto.

do antigo Aljube, um edifício criado nos meados do século XVIII, em 1749, situado na rua de S. Sebastião (vd. Carvalho, Guimarães, Barroca, 1996, p. 199-203).

Tais escavações, a cargo de Joel Cleto, revelaram tratar-se de potentes aterros realizados aquando da construção deste edifício, nos quais abundam distintos materiais romanos, com especial destaque para as cerâmicas importadas representadas, entre outras, por paredes finas oriundas da Etrúria, *terra sigillata* de tipo itálica e diferentes tipos de ânforas, datáveis dos finais do período tardo-republicano e período de Augusto.

Neste conjunto de materiais salientam-se as ânforas Haltern 70, com três centenas de exemplares (cerca de 80% do material anfórico) (Morais, Carreras Monfort, 2003, p. 93-112), associadas a outras ânforas, em particular ânforas ovóides lusitanas (Morais, 2003, p. 36-40).

A presença destes materiais vem mais uma vez demonstrar a importância da rota atlântica no abastecimento e nos contactos regulares por via marítima, em particular com a província da Bética. A comprová-lo, o conjunto significativo de cerâmica comum e testos de ânforas importados, recolhidos neste local, que possuem fortes afinidades de fabrico com o das ânforas oriundas da Bética.

O Monte Castelo (Guifões) na foz do rio *Léthes*.

A identificação do rio Leça com o célebre rio *Léthes* proposta por Amílcar Guerra (1996, p. 147-61), permite-nos suspeitar que a famosa passagem de D. Júlio Bruto com as suas tropas no "rio do Esquecimento" se possa ter efectuado junto à foz daquele rio.

Na costa, junto à foz deste rio, situava-se um dos mais importantes ancoradouros do Noroeste peninsular, graças à existência de escolhos exteriores que funcionavam como um quebra mar natural. Estes escolhos exteriores, actualmente conhecidos como os Leixões da foz do Leça, fazem actualmente parte de um porto oceânico, depois de afeiçoada a sua costa marítima.

A característica deste local, com a configuração natural de abrigo, juntamente com os Cavalos de Fão, em Esposende e a Insua de Caminha, foi já devidamente realçada em 1943 num trabalho realizado por J. O. Boléo e, mais recentemente, por M^ª Luisa Blot (2003, p. 48 e 61). Citando Daveau (1995), esta última autora (Blot, 2003, p. 113) refere a importância deste local, destacando a transferência das principais funções portuárias

para Leixões, em detrimento do porto fluvial no Douro, pelo facto de este último apresentar um estuário de dimensões inferiores, de possuir uma barra incerta e um porto fluvial inseguro em situação de cheias, contrário às exigências da modernidade. Destes dados se infere afinal que o porto ideal estava já delineado nas pedras conhecidas por «leixões», que funcionavam, como vimos, como abrigo natural ao largo da pequena foz do Leça. Sem necessariamente ter existido um local de atracadouro, as maiores embarcações deviam arribar a Leixões para esperarem a entrada na caprichosa barra do Douro. As embarcações mais pequenas podiam ainda descarregar directamente no areal, na margem sul.

De acordo com a transcrição de uma obra datada de 1666 e publicada por Guilherme Felgueiras em 1958 na Monografia de Matosinhos (Felgueiras, 1958, p. 751), sabemos que o rio Leça era navegável pelo menos até à antiga ponte de Guifões, nas proximidades do povoado com o respectivo nome:

“3. Navegavase nos tempos antepassados da sua fóz até a Ponte de Guifoës, que nos fica mais assima: mas como esta passagem devassava o nosso recolhimento, a prohibiraõ os Reis. Ficou depois impedida com o assude das azenhas, c;ue se fizeraõ abaixo, cujas condições, que nos importavão muito, nunca forão bem guardadas. São agora do Colegio da sagrada Companhia de Jesu no Porto, com o qual fizemos este concerto; que avendo de meter pera serviço delias na sua caldeira barco, andarã nelle hü Padre, qué nos vigie, & defenda a clausura: mas nem elle se ha mister pera isso, nem convém que os Padres a essa conta padeçaõ tanto trabalho”.

Aí fica situado o maior dos três povoados do curso deste rio, conhecido pelo nome de Monte Castelo ou Castro de Guifões. Está situado na margem esquerda do curso fluvial do Leça, muito próximo de uma zona que antes da construção do Porto de Leixões era ainda de estuário. Segundo Joel Cieto e Manuel Varela (2000, p. 142-43) esta localização privilegiada facilitou, desde cedo, a sua actividade comercial, sendo o principal entreposto em direcção a outros importantes povoados na bacia do rio e, inclusivamente, «lugar central» de outros pequenos aglomerados existentes nas proximidades.

Com uma ocupação que remonta à Idade do Ferro, este povoado adquiriu especial importância nos finais do período republicano e ao largo de todo o período imperial.

Assim o documento o conjunto de materiais romanos até à data identificados, com particular destaque para as ânforas. De entre estas sobressaem as ânforas Haltern 70, com cerca de 230 exemplares (cerca de 75 do total %), urna das maiores concentrações de todo o Noroeste peninsular (Morais, Carreras, 2003, p. 93-112).

A presença, entre outros materiais, de cerâmicas campanienses datáveis do século II a.C. e de ânforas do tipo Mañá C2b (=Tipo 7.4.3.2.), são fortes indicadores que de ainda antes da plena integração desta região no Império romano já este povoado mantinha contactos comerciais regulares com o sul da Península Ibérica e o mundo mediterrâneo. Monte Castelo teria funcionado assim como um dos principais centros redistribuidores à escala regional em direcção a outros importantes povoados na bacia do rio Leça, nomeadamente o de Padrão (Santo Tirso) e a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), que é o maior povoado conhecido no Noroeste peninsular.

Santa Tecla - o mau presságio vislumbrado num pôr-do-sol atlântico

Apesar da temeridade demonstrada por D. Júnio Bruto ao ultrapassar com as suas tropas o famoso "rio do esquecimento", a incursão às terras longínquas do Noroeste representava ainda uma barreira psicológica difícil de transpor.

Nesse percurso, o vislumbre junto à foz do rio Minho de um pôr-do-sol atlântico causou suficiente impacto ao próprio procônsul, que acabaria por desistir de uma campanha mais a norte (Schulten, FHA, IV, p. 139-40 e 334-35), num território que mais tarde haveria de ser considerado por Estrabão (III, 1, 2) como inóspito e "pouco hospitaleiro".

A Bruto não deveria, no entanto, ter passado despercebido um povoado, situado exactamente junto à foz do rio e em cuja acrópole se pode vislumbrar uma das mais esplendorosas paisagens da região.

O conhecimento destas paragens, certamente do conhecimento dos Gaditanos que asseguraram parte da logística desta expedição, poderá levar-nos a outras leituras dos acontecimentos: para além da inquestionável insegurança destas terras situadas nos confins do mundo, D. Júnio Bruto já teria travado uma dura batalha que teria causado a morte a c. de 50.000 Galaicos e feito 6.000 prisioneiros.

Apesar destas cifras, certamente exageradas, Júnio Bruto já teria alcançado um dos maiores feitos até à data realizados nestas paragens

e certamente reunido avultados despojos de guerra que lhe teriam garantido o epíteto de "Galaico", juntamente com a celebração de um triunfo em Roma, seguido da construção de um templo a Marte (Tranoy, 1981, p. 128) erigido no *Campus Martius* dois ou três anos mais tarde (Blanco Freixeiro, 1992, p. 97).

A presença de D. Junio Bruto nesta zona, juntamente com o apoio logístico dos Gaditanos, ou, quando muito, a abertura desta região aos comerciantes que acompanhavam as campanhas militares que se lhe seguiram, está indirectamente documentada no conjunto de materiais que até à data têm sido recuperados nos povoados costeiros ou junto a cursos fluviais navegáveis situados ao longo da costa Noroeste do actual território português (vd. Paiva, 1993) e no sítio povoado de Santa Tecla.

Nestes povoados, como no de Santa Tecla, destacam-se as ânforas, quer pela sua quantidade, quer pela sua diversidade. Ainda que em menores percentagens do que aquelas que foram recolhidas nos sítios que temos vindo a analisar, situados entre o Tejo e o rio Douro, estão igualmente documentadas ânforas directamente relacionadas com as campanhas militares, com destaque para ânforas vinárias da costa tirrénica, do tipo Dressel 1, e ânforas piscícolas oriundas da baía gaditana, maioritariamente representadas pelas formas Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2. e 7.4.3.3.).

No caso específico de Santa Tecla, para além de vários fragmentos destas tipologias em depósito na reserva do Museu, destacam-se um exemplar restaurado do tipo Dressel 1 de origem campana, em exposição no respectivo Museu, e um fragmento de colo e asas da mesma tipologia, mas com um fabrico atribuível às imitações de produção gaditana.

Como seria de suspeitar, a importância estratégica e comercial deste povoado foi aumentando a partir de meados do século I a.C., para atingir um auge de importações no período augustano. O facto é documentado pela grande quantidade de cerâmicas finas de mesa, representadas por *terra sigillata* de tipo itálico e paredes finas da Etrúria, associadas a fragmentos de lucernas, vidros e moedas, frente a uma reduzida percentagem de produções metalúrgicas e de cerâmicas locais.

De entre estes materiais sobressaem, todavia, as ânforas do tipo Haltern 70, cujo número mínimo de indivíduos de c. de meio milhar de exemplares, apenas é superado pelas quantidades recolhidas no povoado de Vigo e na cidade romana de *Bracara Augusta* (Morais, Carreras, 2003, p. 93-112). À semelhança de outros locais situados no actual território

português e Galiza, estas ânforas fazem-se acompanhar das conhecidas ânforas Dressel 7-11 de proveniência gaditana e de ânforas ovóides de fabrico lusitano (Morais, 2003, p. 36-40).

A caminho de *Brigantium*: o "Castro" de Vigo e o nascimento de um enclave costeiro junto à zona do areal (*Vicus Elanei*)?

Das campanhas posteriores a D. Júnio Bruto, efectuadas por P. Licínio Crasso, M. Perpêna e Julio César a terras do Noroeste, o apoio logístico dos Gaditanos foi certamente fundamental. Se para os primeiros não temos referências específicas, o mesmo não sucede com as campanhas César. Como vimos, César usou a frota gaditana para a sua vitória contra os Lusitanos e os Galaicos na costa Noroeste de Portugal. Para esta tarefa contou com a ajuda imprescindível do gaditano Balbo, atribuindo-lhe o cargo de *praefectus fabrum*. Mas César, como nos testemunha Dion Cássio, não se contentou em alcançar a linha do Douro, limite real da província, mas passou para o outro lado, perseguindo os que tinham fugido e entrado no território galaico. O êxito alcançado e a disposição dos recursos navais dos Gaditanos levariam César a tentar uma nova expedição marítima contra os povos a norte do Douro, alcançando o extremo ocidental da península até *Brigantium* (Betanzos, La Corunha).

O que estes dados fornecidos pelas fontes parecem indicar é que César mais não fez do que obrigar as tribos galaicas a reconhecer a sua soberania. Na verdade, para além das avultadas somas de despojos que obteve nestas campanhas, os dados revelados pela cultura material recolhidos nos povoados situados junto à costa comprovam a são reveladores da existência de um intenso comércio a cargo das *societates publicanorum*, ou, se quisermos, de mercadores que comercializam em todo o Atlântico os produtos oriundos de Itália e do Sul de Espanha que antecedem o mecanismo conhecido em época imperial como *annona militaris* (Carreras Monfort, 2000).

Neste percurso de cariz comercial e simultaneamente militar foi favorável a linha de costa galega que, penetrada por rias largas e profundas, possibilitou uma vida marítima intensa e proporcionou a existência de zonas com funções portuárias e pontos de transvases de produtos.

O mesmo acontece com os povoados situados nas proximidades da costa, que apesar de não cumprirem uma função portuária, estavam relativamente próximos de embarcadouros ou fundeadoiros. Um desses

locais privilegiados corresponde ao Castro de Vigo. As diversas campanhas de escavação ali realizadas têm fornecido grandes quantidades de materiais cerâmicos importados e moedas que revelam a sua importância como lugar de intercâmbio e de recepção de produtos fabricados em distintos pontos do Império Romano.

Como seria de prever, destacam-se as ânforas representadas por uma diversidade de tipos e fabricos, acompanhando as diferentes fases do processo de conquista deste território e associadas a diferentes momentos cronológicos.

As ânforas de cronologia mais antiga, associadas às primeiras campanhas militares, estão representadas pelas formas vinárias da costa tirrénica, em particular do tipo Dressel 1, e ânforas para o transporte de preparados piscícolas da costa gaditana, maioritariamente das formas Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2 e 7.4.3.3).

As restantes - maioritariamente representadas - correspondem a tipos com data posterior às campanhas de César a *Brigantium* e com um auge de circulação no período de Augusto. De entre estas destacam-se as ânforas béticas do tipo Haltern 70 e Dressel 7-11 e ânforas menos tipificadas enquadráveis em formas ovóides lusitanas (Morais, 2003, p. 36-40) e ânforas de fundo plano, de tipo *urceus*, como referimos, provavelmente oriundas do Guadalquivir (Morais, 2006, p. 401-415).

Como tivemos oportunidade de constatar (Morais, Carreras Monfort, 2003, p. 93-112), salientam-se neste conjunto as ânforas Haltern 70, com um número mínimo de indivíduos aproximado a um milhar de exemplares.

A intensificação das escavações urbanas a partir da década de 90 na cidade de Vigo (zona do Areal e «Casco Vello») têm igualmente vindo a revelar a existência de um porto de comércio importante, com a função de armazenamento e redistribuição de produtos, provavelmente correspondente a *Vicus Elanei* (vd. Pérez Losada, 2002, p. 239-66). Aqui têm sido descobertas quantidades apreciáveis de ânforas datáveis dos séculos II a.C. ao I d.C, provavelmente desembarcadas na conhecida praia do Areal.

A importância desta região era previsível dado o aparecimento de cerâmicas de proveniência púnica e meridional (povoados Toralia e Castriño), datadas entre os séculos V e II a.C., e pela descoberta de vestígios subaquáticos — localizados no actual porto de Bouzas, nas imediações da "punta de San Gregorio" (Coia) e nas proximidades do pavilhão desportivo do R. C. Náutico.

O altissimum pharum de Brigantium

No longínquo ano de, 1974 A. Balil, ao equacionar a problemática das relações marítimas no Noroeste peninsular durante a época imperial colocou um feixe de questões de extrema importância:

"puede creerse que una construcción como el faro de La Coruña conocido con el nombre de "Torre de Hércules" pudo nacer sin otro propósito que facilitar el cabotaje y pesca locales? No nos muestra el mundo antiguo que los grandes faros se hallan siempre asociados a grandes puertos o, al menos, zonas de gran tráfico marítimo?. Puede creerse que la presencia continuada, al menos en la segunda mitad del s. II, de tabularii de la administración imperial en La Coruña estaría sobradamente justificada por las necesidades de la presión fiscal sobre la población de un puerto pesquero?" (Balil, 1974, p. 215-16).

Estas questões sabiamente respondidas por Balil ao apresentar o conjunto de materiais exógenos até àquela data recuperados em diferentes estações do Noroeste, encontra hoje uma importante actualidade. Como vimos, independentemente da maior quantidade de material recolhido nesta região, a existência deste farol pressupõe que a costa atlântica se situava num dos circuitos naturais de navegação e, conseqüentemente, numa área de confluência de culturas desde a Idade do Bronze até à época pré-romana.

Como igualmente constatámos, esta região foi posteriormente cobrada pelos generais romanos. Mais uma vez as fontes nos falam da expedição punitiva de D. Júnio Bruto a terras do Noroeste com a finalidade de conhecer as explorações auríferas da região, dado que o comércio de estanho se fazia por via marítima (Estr. III, 176). O que pode certamente aceitar-se é que a partir daquela data as regiões a Norte do Douro parecem abrir a contactos comerciais com o Sul da Península e com o mundo romano como, por exemplo, se pode deduzir da presença das ânforas "ibero-púnicas" e itálicas do tipo Dressei 1 e greco-itálicas ao largo da fachada atlântica (Pimenta, 2005, p. 118-24) e costa galega, à qual não ficou imune a baía da Corunha-Brigantium (Naveiro López, 1981, p. 117-126; 1982, p. 63-74; 1991, p. 63-66; 69). A estas acrescentem-se ainda outros tipos de cerâmicas e moedas tardo-republicanas encontradas nos tesouros dos povoados de Sanfins e Alvarelhos (Paço, Jalhay, 1955; Torres, 1978-79, p. 15-250; Martins, 1990, p. 166) e no Alto da Cividade, em Braga (Zabaleta Estévez, 2000).

A presença destes materiais deve-se igualmente às posteriores expedições de P. Licínio Crasso, M. Perpene e, em particular, às campanhas de César em terras do Noroeste. Segundo se depreende das fontes conhecidas (Apiano, *Civ.* II 8; Dion Cas. XXXVII 52-53; Plut. *Caes.* 12), esta investida teve como motivo primeiro a obtenção de metais preciosos, provavelmente ouro, de modo a obter os fundos necessários para o pagamento das suas avultadas dívidas em Roma e enriquecer o erário público (Blázquez, 1975, p. 198).

Como vimos, tal expedição, realizada com o apoio da família dos Balbos gaditanos e servida pelos barcos de carga daquela cidade, levou César até à cidade de *Brigantium* (Betanzos - Corunha) e à rendição das populações indígenas do NO (Dion Cássio, XXXVII, 52; 53, 4), iniciando desta forma a sua submissão (Plut. *Caes.* 12).

Aí foi construído mais tarde um dos faróis, conhecido pelos marinhos da antiguidade como o "porto dos Ártabros" (Estr. III, 154), ou *altissimum pharum* (Orósio, *Historiarum adversus paganos*, I, 2, 71), que serviu de vigia às embarcações que se dirigiam ou vinham da Bretanha.

IV. DUAS FASES DE UM MESMO ITINERÁRIO...

Este pequeno "itinerário" de locais ou zonas referidas nas fontes e a sua contextualização de acordo com os dados da cultura material que têm vindo a ser exumados, é suficientemente esclarecedor da importância dos Gaditanos no processo de conquista deste território situado no extremo ocidente da península.

Se avaliarmos os dados no seu conjunto, podemos distinguir, pelo menos, duas fases distintas:

A primeira fase, situada entre o terceiro quartel do século II a.C. e os meados do século I a.C., está directamente relacionada com as primeiras campanhas militares itálicas na fachada atlântica e a consequente hegemonia dos produtos itálicos.

O aumento exponencial das importações itálicas reflecte-se, em particular, nas ânforas vinárias da costa tirrénica, do tipo Dressel 1 e greco-itálicas, maioritariamente concentradas em toda a frente litoral da actual costa portuguesa e galega, com especial incidência nos estuários dos grandes rios. Esta concentração costeira privilegiada está directamente relacionada com circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha,

indicando uma clara ruptura com as tradições comerciais pré-romanas (Fabião, 1989; 1998).

A acompanhar estes produtos estão igualmente presentes, ainda que em menores percentagens, ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas, sendo que as ânforas destinadas ao azeite, apenas estão residualmente representadas.

Como expusemos, apesar de numericamente inferiores aos produtos vinários oriundos de Itália, é de realçar o papel que assumem os preparados piscícolas no panorama das importações; as ânforas, representadas pelas formas "ibero-púnicas" ou "neo-púnicas" (ie. Tipo 9.1.1.1 e Maña C2b) e imitações de greco-italicas com um fabrico atribuível à Baía gaditana, são um forte indicador do precoce despertar da *Hispania* e da importância gradual que esta região irá adquirir nas últimas décadas do período tardo-republicano.

Apesar da presença destes materiais estar intimamente relacionada com o processo de abastecimento dos exércitos, igualmente se pode constatar a difusão destes produtos no âmbito das populações itálicas que se deslocaram para a Península por motivos político-económicos (*publicani*, *mercatores* e *negotiatores*) e das próprias populações indígenas que gradualmente foram adquirindo hábitos de consumos tipicamente mediterrâneos. Neste panorama foram essenciais as elites mercantis da cidade de Cádiz que, por obrigação ou interesse, acompanharam as diversas campanhas realizadas pelos romanos nestes territórios.

A **segunda fase**, ainda que decorrente do processo de conquista e pacificação do território, situado entre os meados do século I a.C. e o período de Augusto, representa um ponto de viragem fundamental no contexto da economia e comércio do mundo antigo. Este território passa a estar integrado e implicado numa economia de mercado, pensada à escala do império, fruto da intensificação do tráfego marítimo e da paulatina "romanização" dos territórios provinciais.

Este fenómeno, resultante de uma descentralização económica e política, culmina no principado de Augusto com uma reorganização administrativa das províncias, com a conseqüente descentralização do sistema financeiro e o crescimento das exportações provinciais. Neste momento, o Noroeste e a costa atlântica sofreram um forte impulso económico resultante da exploração das suas riquezas mineiras, que começaram a ser exploradas

imediatamente após o fim das guerras cantábricas e do incremento do fluxo comercial com a exportação de outro tipo de produtos (Blázquez, 1978, p. 82).

Do conjunto destes materiais sobressaem os produtos de origem bética, em particular as ânforas do tipo Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2 e 7.4.3.3) e ovóides gaditanas (= Dressel 10 "arcaicas") destinadas a conter preparados piscícolas; Dressel 20 "precoces" (= Dressel 25; Oberaden 83; Dressel 20 A; Haltern 71; Classe 24; Tipo A) e Haltern 70 e Sala I / Lomba do Canho 67, que transportavam variados produtos, entre os quais *defrutum*, azeitonas em conserva e, talvez, vinho (Fabião, 1989; 1998; Naceiro López, 1991; Paiva, 1993; Arruda, Almeida, 1998, 2000; Morais, no prelo).

Como recentemente pôde ser comprovado, a propósito do estudo do naufrágio Culip VIII, destaca-se uma forte concentração das ânforas Haltern 70 ao longo da fachada atlântica, em especial no Noroeste peninsular (Morais, Carreras Monfort, 2003, p. 93-115).

Como já referimos, a acompanhar estes produtos, pudemos ainda identificar dois novos tipos de ânfora: as primeiras correspondem a ânforas vinárias de fundo plano, de tipo *urceus** (= afins aos tipos Gauloise 5 e 7), provavelmente fabricadas no Guadalquivir (Morais, 2006, p. 401-415), e as segundas correspondem a ânforas ovóides de fabrico lusitano (Morais, 2003, p. 36-40).

A esta hegemonia dos produtos de origem bética cabe acrescentar um número significativo de cerâmicas comuns oriundas da área gaditana e do Guadalquivir que, certamente, serviam de complemento ao comércio das ânforas. Os estudos de síntese que têm vindo a ser realizados sobre estas cerâmicas no actual território português (Morais, 2000; 2004; Pinto, 2003; 2004; Pinto, Morais, 2006, p. 235-253; Arruda, Viegas, 2004, p. 341-49), são reveladores da importância destes materiais no contexto do comércio com a Bética.

Apesar da homogeneidade da cultura material verificada nestas duas fases para a zona costeira entre a região do vale do Tejo e a actual Corunha, se levarmos em consideração os padrões quantitativos de distribuição, obtemos duas realidades diferentes: uma maior concentração de achados no sul e no litoral, do que no norte e interior (Fabião, 1998, p. 176). Este fenómeno é facilmente previsível e explicável, dado que o processo de conquista se efectuou de sul para norte e preferencialmente ao longo da fachada atlântica.

Como se pode verificar pelos dados disponíveis, os materiais associados à primeira fase concentram-se antes de mais na zonas centro e sul

do actual território português, escasseando à medida que nos deslocamos para norte (Fabião, 1989; 1998; Paiva, 1993; Arruda, Almeida, 1998, p. 201-31; 1999, p. 307-37; Luís, 2003, p. 363-82; Pimenta, 2003, p. 341-62; 2005) e costa galega (Naveiro López, 1991).

Como exemplo desta situação, compare-se a grande concentração das ânforas vinárias da costa tirrénica, do tipo greco-italicas (18%36) e Dresel 1 (41, 71%), recolhidas no Castelo de São Jorge em Lisboa (Pimenta, 2005, p. 115), com as reduzidas quantidades destes tipos registadas nos povoados "castrejos" do Noroeste (Paiva, 1993) e da região Galega (Naveiro López, 1991). O mesmo se poderia dizer a respeito da quantidade das ânforas piscícolas héticas Mañá C2b (= Tipo 7.4.3.2 e 7.4.3.3) documentadas no Castelo de São Jorge (18, 76%), na Alcáçova de Santarém (Arruda, Almeida, 1998, p. 201-31) e nas prospecções de Chões de Alpompe (Fabião, 1989; Diogo, Trindade, 1993-94), relativamente aos mesmos castros situados na zona norte do actual território português e Galiza (vd. Naveiro López, 1991; Paiva, 1993).

Na segunda fase, entre os meados do século I a.C. e os inícios do período imperial, os padrões quantitativos de distribuição de materiais tendem a atenuar-se, em consequência da multiplicação das importações peninsulares, com destaque para os produtos de origem bética.

Trata-se de uma época em que se assiste ao florescimento do comércio em todo o império e se dá uma inversão das tendências exportadoras, traduzidas numa gradual substituição dos produtos itálicos pelos produtos fabricados nas províncias (Tchernia, 1986, p. 140-46 e 153-58).

Um dos fenómenos de maior realce no espaço correspondente às zonas costeiras do actual território português e costa galega, é a hegemonia dos produtos béticos, em particular das ânforas Haltern 70. Como tivemos oportunidade de constatar a propósito da sua distribuição no Império romano, esta ânfora encontra-se particularmente bem representada em todo o percurso costeiro da fachada atlântica, em particular na área compreendida entre o rio Douro e as rias baixas galegas (Morais, Carreras Monfort, 2003, p. 93-112).

V. UMA POTÊNCIA PARALELA. O ATLÂNTICO COMO "MARE NOSTRUM" GADITANO

A imagem dos Romanos como um povo eminentemente guerreiro levou-os a minimizar o papel do comércio e da produção, situação a que

não ficaram alheios os Gaditanos, que controlavam o maior centro de comércio e navegação no extremo ocidente do Mediterrâneo e um dos mais importantes do Império. O próprio Estrabão (III, 5, 3) relata como grande parte dos 500 cavaleiros (*equites*) de Cádiz não viviam na própria cidade, mas antes estavam continuamente dedicados às suas navegações ou em Roma, alguns dos quais ocupavam os postos equestres mais elevados, incluindo os da prefeitura do Egípto e da prefeitura do pretório.

Neste processo destaca-se o papel das ricas oligarquias gaditanas, que controlavam as actividades económico-comerciais do "Círculo do Estreito" e condicionavam grande parte do circuito marítimo, mediterrâneo e atlântico.

A ligação por via marítima do Noroeste com o restante mundo comercial do Império fazia-se essencialmente através do porto de Cádiz, o qual, directamente ligado ao abastecimento da Bretanha, pela rota atlântica, e à bacia do Mediterrâneo pelo porto de Putéolos e, posteriormente, de Ostia, servia como ponto de união àquela longínqua região do Império.

A vitalidade deste comércio está igualmente documentada, pela referência de Estrabão (III, 5, 11), quando nos diz que antes da chegada dos Romanos os Gaditanos comercializavam com estas ilhas trocando sal, utensílios de bronze e cerâmicas, por peles, estanho e chumbo.

A consolidação da rota atlântica é indirectamente testemunhada por Plínio (*Nat.* 2.167), quando diz que, com Augusto, todo o Atlântico era navegável; por Horácio (*Odes*, I, 31-13) quando escreve que se podiam realizar várias viagens por ano no Atlântico sem se sofrer qualquer contra-tempo; por Estrabão (III, 2, 5), quando escreve que "a extinção da pirataria é favorável à actual paz, e de tal modo que os navegantes desfrutam duma segurança absoluta"; pelos testemunhos arqueológicos de infra-estruturas portuárias (ancoradouros e estabelecimentos costeiros) e, ainda, pelo volume de mercadorias encontradas, entre as quais se destacam as ânforas.

A referência de Plínio (*Nat.* 2.167-169) aos Gaditanos, como aqueles que navegavam em todo o Atlântico em ambas as direcções, vem confirmar as anteriores referências. Esta situação fez com que, para o Noroeste peninsular, a relação comercial com a província da Bética fosse essencial.

A importância da cidade de Cádiz e do porto que a servia é evidenciada por Mela, quando refere que o crescimento do tráfego comercial na cidade levou à criação de um novo *portus* (III, 4), e por Estrabão, quando afirma que esse mesmo crescimento levou à fundação de uma nova

Neapolis e de um ancoradouro (II, 5, 3), realçando que a cidade possuía a maior frota comercial e tinha os maiores navios sulcando o Mediterrâneo e o Atlântico (III, 5,3). A importância logística do porto de Cádiz no contexto da Bética está igualmente presente nas palavras de Estrabão, quando menciona que esta região produzia de tudo e em abundância, e que os seus excedentes se vendiam facilmente graças a um bom número de relações comerciais com outras províncias (III, 2,4), exportando-se muito trigo, muito vinho e azeite, o último dos quais não só em quantidade mas também de excelente qualidade (III, 2,6).

Mas não só as fontes literárias são um forte indicador da importância dos produtos comercializados na área de influência de um circuito gaditano. De facto, como se foi expondo ao longo deste trabalho, os dados até à data reunidos em sítios da Península e fora da Península são um forte indicador da existência de redes de comercialização específicas, associadas quer à exportação destes produtos a longa distância, quer ao seu escoamento a curta distância através de sistemas de navegação de cabotagem.

No actual território português, um dos melhores exemplos da existência de redes de distribuição secundárias através de sistemas de cabotagem e subsequente transporte por via terrestre, está presente na estação arqueológica do Castelo da Lousa, situada em Mourão (Évora).

Se o Castelo da Lousa é um bom exemplo de um abastecimento a curta distância através dos sistemas de navegação de cabotagem e subsequente transporte por via terrestre, os dados recolhidos noutros sítios fora da península Ibérica são testemunho da exportação destes produtos a longa distância. Entre outros locais, os dados proporcionados pelo registo arqueológico da cidade de Lyon (vd. Desbat, Lemaître, 2000: 793-815) e os naufrágios de Titán, Cap Sicié e Grand Conglué 3 encontrados na região da Provença (vd., entre outros, Parker, 1992, p. 106-107, 201-202 e 424-425), são uma evidência do sucesso da comercialização destes produtos através de uma navegação de altura e da recorrência a grandes artérias fluviais navegáveis. Ambos os casos revelam, no entanto, um desenvolvimento precoce e rápido das importações dos produtos béticos.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1991) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura 94', p. 58-63.
- ALVES, F.; REINER, F.; ALMEIDA, M. J.; VERÍSSIMO, L. (1988/89) - Os cepos de âncora de chumbo descobertos em águas portuguesas - contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. N.º 6/7, p. 109-185.
- ARRUDA, A. M. (1993) - Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. (Actas do Encontro "Os fenícios no território português"). Lisboa. 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1994) - A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura 94', p. 52-57.
- ARRUDA, A. M. (2002) - Los fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. 5-6. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología / Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- ARRUDA, A. M. ; ALMEIDA, R. R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. (1999) - The roman Temple of Scallabis (Santarém-Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. I, p. 185-224.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Economie et territoire en Lusitanie romaine*. Actas da Ille Table ronde sur la Lusitanie romaine. Madrid. Collection de la Casa de Velázquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (2000) - Importação e consumo de vinho bético na colónia romana de *Scallabis* (Santarém, Portugal). *Congreso*

Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilha-Écija, 17-20 Dezembro 1998). Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 703-715.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003) - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6:1, p. 235-286.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l' Alcáçova de Santarém (Portugal). *Actes du Congrès de Vallauús*, p. 341-349.

AUBET, E. (1997) - Tiro y las colonias fenicias de occidente. *Crítica*. Barcelona.

BALIL, A (1974) - De nuevo sobre Galicia y sus relaciones marítimas durante la época imperial romana. *III Congreso Nacional de Arqueología*. Porto, 1973, p. 211-221.

BALIL, A. (1968) - Economía de la Hispania Romana. In *Estudios de Economía Antigua de la Península Ibérica: Ponencias Presentadas a la Iª Reunion de Historia de la Economía Antigua de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Vilens-Vives, p. 289-370.

BLANCO FREIXEIRO, A (1992) - Monumentos romanos de la conquista de Galicia. *La Romanización de Galicia*. Corunha: Ediciones del Castro, Cuadernos del Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos, 16, (2ª edição), p. 95-104.

BLÁZQUEZ, J. M. (1975) - Economía y sociedad. In TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J. M. - *Historia de la Hispania Romana: La Península Ibérica Desde 218 a.C. Hasta el Siglo V*. Madrid: Alianza Editorial, p. 193-348.

BLOT, M. L. P.; ALVES, F. J. S. (2005) - O fundeadouro da Berlenga. In *Actas do Congresso "A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara/Museu Municipal do Bombarral. p. 31-55.

BLOT, M. L. P. (2003) - Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 28.

BLOT, M. L. P. (2004) - Circulação aquática e o papel dos portos fluvio-estuarinos nos contactos da Lusitânia Romana. O caso do litoral e dos rios de Portugal. In *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*. Cáceres. p. 465-480.

- BUGALHÃO, J.; LOURENÇO, S. (2005) - Vestígios romanos na Ilha da Berlenga. In *Actas do Congresso "A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara/Museu Municipal do Bombarral. p. 57-63.
- CARDOSO, G.; MARQUES, J. L.; RODRIGUES, S. (1998) - Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 7, p. 178-179.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1998) - 4ª Campanha de Sondagens Arqueológicas na Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 11, p. 6.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) - Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche-Portugal). In *Actas do Congresso "A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara/Museu Municipal do Bombarral. p. 83-102.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000) - *Economía de la Bntannia romana: La Importación de Alimentos*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Col·lecció Instrumenta 1.
- CARVALHO, T. P.; GUIMARÃES, C.; BARROCA, M. J. (1996) - *Bairro da Sé do Porto: contributo para a sua caracterização histórica*. Porto.
- CLETO, J.; VARELA, J. M. (2000) - O gabinete municipal de arqueologia e história de Matosinhos. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9, p. 141-144.
- DESBAT, A.; LEMAÎTRE, S. (2000) - Les premières importations d'amphores de Bétique à Lyon. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE...* (Sevilla-Écija, 17-20 Dezembro 1998). Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 793-815.
- DIOGO, A. M. D. (1982) - A propósito de ◉Moron◉. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Clio*. Lisboa. 4, p. 147-154.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas de Chões de Alpompe (Santarém). In *Estudos Orientais TV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. (2005) - Vestígios de um possível naufrágio romano ao largo da Ilha do Farilhão. In *Actas do Congresso "A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara/Museu Municipal do Bombarral. p. 103-106.

- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94) - Ânforas provenientes de achados subaquáticos ao largo da Berlenga. In *Actas do Congresso "A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara/Museu Municipal do Bombarral. p. 109-117.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94) - Materiais provenientes de Chões de Alpompé (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 263-281.
- DOPICO CAINZOS, M. D. (1988) - *La tabula lougeiorum: estudos sobre la implantación romana en Hispania*. Vitoria: Universidad del País Vasco.
- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento de Lomba do Canho (Argaãil)*. UNIARQ / INIC (Cadernos de Arqueologia, 1), Lisboa.
- FABIÃO, C. (1998) - O vinho na Lusitânia: Reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 1:1, p. 169-198.
- FELGUEIRAS, G. (1958) - *Monografia de matosinhos*. Lisboa.
- FERREIRO LOPEZ, M. (1988) - La campaña militar de Cesar en el año 61. In MENAUT G. P. (ed.) - *Actas 1^{er}. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, II, p. 363-372.
- GIRÃO, A.; OLEIRO, J. M. B. (1953) - Geografia e Campos Fortificados Romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. 6-7, p. 77-80.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2004) - Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the north-west of Iberia in the first millennium BCP. *Oxford Journal of Archaeology*. 23: 3, Oxford, p. 287-317.
- GUERRA, A. (1996) - Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica. *Hispania prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca, p. 147-161.
- GUERRA, A. (2005) - O Promontório Magno. Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia. *Actas do Congresso "A presença romana na Região Oeste"*, Bombarral: Câmara/Museu Municipal do Bombarral, p. 119-129.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1995) - *Hispania poena: los fenicios en la hispania romana (206 a.C. - 96 d.C.)*. Barcelona: Crítica/Arqueología.
- LUÍS, L. (2003) - Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6: 2, p. 363-382.

- MANTAS, V. (1994) - Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura 94', p. 70-75.
- MARTÍNEZ MERA, J. (2001) - Expedicións militares a *gallaecia* na época republicana. *Gallaecia*. Corunha: Edicios do Castro, 20, p. 297-316.
- MARTINS, M. (1990) - O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, 5.
- MILLÁN LEÓN, J. (1998) - *Gades y las Navegaciones Océánicas en la Antigüedad (1000 a.C.- 500 d.C.)*. Écija: Editorial Graficas Sol.
- MORAIS, R. (2000) - Póster. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE...* (Sevilha-Écija, 17-20 Dezembro 1998), Écija: Editorial Graficas Sol, II, p. 697-698.
- MORAIS, R. (2003) - «Problématiques i noves perspectives sobre les àmphores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmphores ovoïdes de producció Lusitana». *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Case*. 5. Girona, p. 36-40.
- MORAIS, R. - Ânforas tipo *urceus* de produção Bética e produções regionais e locais do NW Peninsular. *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsa y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, Int. Sec., Oxford, p. 401-415.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003) - «Geografía del consum de les Haltern 70». *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Case*. 5. Girona, p. 93-112.
- MORAIS, R.; FABÃO, C. (1996). Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica, *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsa y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, Int. Sec., Oxford, p. 127-133.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1981) - As ânforas romanas de A Corunha (I). *Būgantium*. Corunha, 2, p. 117-126.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1982) - As ânforas romanas de A Corunha (II). *Būgantium*. Corunha, 3, p. 63-74.

- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991) - *El comercio antiguo en el N. W. peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*. Monografías Urxentes do Museu, Corunha: Museu Arqueolóxico, 5.
- OSÓRIO, M^a I. N. P.; SILVA, A. M. S. P. (1994) - Intervenção arqueológica municipal no Porto: resultados, problemas e potencialidades. *Encontro de arqueologia urbana*, sep. *Bracara Augusta*. Braga, XLV / 94, p. 87-98.
- PAÇO, A.; JALHAY, E. (1955) - Tesouro monetário da Citânia de Sanfins. *Anais da Academia Portuguesa da História*. 2- série, p. 189-275.
- PAIVA, M. B. C. (1993) - *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, policopiado.
- PARKER, A. J. (1992) - Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces. *Tempvs Reparatvm*. Oxford: BAR International Series, 580.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002) - Entre a cidade e a aldeia: estudio arqueohistórico dos 'aglomerados secundários' romanos en galicia. *Brigantium*. Corunha. 13.
- PIMENTA, J. (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo da São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6: 2, p. 341-362.
- PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos da Arqueologia. 41
- PINTO, I. V. (2003) - A cerâmica comum das *villae* romanas de São Cucufate (Beja). *Colecção Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. - Complemento de comercio das ânforas: cerâmica comum bética no territorio português. Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsa y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, Int. Sec., Oxford, p. 235-253.
- REAL, M. L.; TÁVORA, M. J.; OSÓRIO, M. I. P.; TEIXEIRA, F. F. (1985-86) - Escavações arqueológicas no Morro da Sé. sep. *Boletim Cultural da Câmara do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2- série: 3 / 4, p. 7-42
- SCHULTEN, A. (1922) - *Fontes Hispaniae antiquae, I. Avieno, Ora Maritima*. Barcelona-Berlin: Lib. Bosh - Weidemann.

- SCHULTEN, A. (1940) - *Fontes Hispaniae antiquae, V. Las guerras de 72-19 a. de J. C.*. Barcelona: Librería Bosh.
- SILVA, A. C. F. (2000) - Proto-história e romanização do Porto. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9 (Outubro), p. 94-103.
- TCHERNIA, A. (1986) - *Le vin de l'italie romaine*. Roma.
- TORRES, J. (1978-79) - Tesouro monetário do castro de Alvarelhos: estudo numismático: seriação cronológica e histórica. *Santo Tirso Boletim Cultural*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1: 2-3, p. 15-250.
- TOVAR, A. (1975) - La conquista romana. In TOVAR, A.; BLÁZQUEZ J. M. - *Historia de la Hispania Romana: la Península Ibérica desde 218 a.C. hasta el siglo V*. Madrid: Alianza Editorial, p. 9-121.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine: recherches sur les NW de la péninsule ibérique dans l'antiquité*. Paris: Diffusion E. du Boccard.
- TRANOY, A. (1990) - L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine, Hiérarchies et territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique (Talence 1988). Paris : CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques ; 42), p. 11-20.
- TRANOY, A. (1995) - La rive nord du Douro à l'époque Romaine: contribution épigraphique à l'étude d'une zone frontrière. *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, 6, p. 125-136.
- VIEGAS, C. (2003) - *A terra sigillata* da Alcáçova de Santarém: cerâmica, economia e comércio. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa, 26.
- ZABALETA ESTÉVEZ, M. M. (2000) - Hallazgos numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta. In 3º Congreso de Arqueologia Peninsular ("Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica"). Porto. VI, p.39599-.
- ZBYSZWESKI, G.; FERREIRA, O. V.; SANTOS, C. (1968). Acerca do Campo Fortificado de "Chões" de Alpompe (Santarém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2, p. 49-57.